



# Prefeitura Municipal de Castro

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 06/2025

Altera disposições da Lei Complementar nº. 53/2016, e dá outros providências.

Art. 1º. A Lei Complementar 53/2016 – Código Tributário Municipal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 92 [...]

“II – As mercadorias a serem ou que tenham sido utilizadas na prestação de serviços, não sujeitas ao Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços”

[...]

§ 2º - Excluem-se da base de cálculo os valores referentes aos materiais empenhados na obra, produzidos pelo prestador fora do local da obra, desde que estejam comercializados com a incidência do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;

§ 3º – Revogado;

§ 4º – Revogado;

[...]

Art. 104 [...]

V – A pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05; 7.02; 7.04; 7.05; 7.09; 7.10; 7.12; 7.16; 7.17; 7.19; 11;02 e 17.10 da lista anexa a esta Lei Complementar, exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza;





# Prefeitura Municipal de Castro

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

[...]

Art. 136 [...]

§2º A nota fiscal avulsa será emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda, mediante requerimento do interessado, sendo a guia do imposto, entregue ao contribuinte, no ato da emissão da Nota Fiscal(NF) Avulsa. É vedada a emissão de NF avulsa, caso o contribuinte, possua cadastro econômico no Município ou CNPJ ativo.

I – Somente será emitida 03 (três) notas avulsas ao ano, a cada contribuinte;

II – O cancelamento da Nota Avulsa, seguirá os trâmites previstos no art. 137 e seus parágrafos;

III – Caberá ao contribuinte, indicar ao fisco municipal, as devidas retenções e alíquotas de impostos federais;

IV – As retenções quanto ao ISSQN, seguirá os trâmites previstos no Art. 87 desta Lei.

[...]

Art. 137 [...]

§ 1º - Após o prazo estabelecido no caput, a NFS-e poderá ser cancelada, em até 10 (dez) dias após ao término do mês competência, após análise e parecer de Autoridade Fiscal, desde que o emitente comprove os motivos para o cancelamento, devendo a decisão que acolher o pedido ser fundamentada;

§ 2º - Não será admitido o cancelamento de NFS-e se o emitente não demonstrar erro material ou formal na emissão da NFS-e.

§ 3º - A solicitação para cancelamento de NFS-e deverá conter, no mínimo, a seguinte documentação:

I - CNPJ (Comprovante de inscrição e situação cadastral) e Documento do ato Constitutivo: Declaração de Firma Individual ou Requerimento do Empresário ou Contrato Social ou ATA de Constituição (última alteração) e Requerimento assinado por um dos sócios (Responsável pela empresa), RG e CPF do mesmo;

II - Sempre que houver a necessidade de intervenção de terceiro, este deverá ser autorizado por procuração;





# Prefeitura Municipal de Castro

III - Declaração de ciência assinada com firma reconhecida do tomador ou do intermediário;

IV - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica substitutiva válida quando for o caso, emitida na mesma competência da NFSE a ser cancelada;

V - Número da(s) guia(s) de pagamento do ISSQN e Dados bancários para devolução do imposto, quando for o caso;

[...]

Art. 458 – Fica criado, no âmbito da Administração Tributária Municipal, o Conselho Municipal de Contribuintes, órgão colegiado de caráter paritário, consultivo e deliberativo, com competência para julgar, em segunda instância administrativa, os processos fiscais decorrentes de lançamento de ofício e demais controvérsias tributárias municipais.

§ 1º - O Conselho será composto por 06 (seis) membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução, sendo:

I – Pela Representação do Fisco Municipal:

a) 02 (dois) Auditores de Tributos Municipais;

b) 01 (um) Procurador Municipal, indicado pela Procuradoria-Geral do Município;

II – Pela Representação da Sociedade Civil:

a) 01 (um) representante indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Castro;

b) 01 (um) representante indicado pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC/PR;

c) 01 (um) representante indicado pela Associação do Comércio de Castro – ACECASTRO

§2º - Os membros do Conselho serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, após indicação formal das entidades e órgãos referidos no artigo anterior.

§3º - A presidência do Conselho será exercida, obrigatoriamente, por um dos representantes do Fisco Municipal, designado pelo Chefe do Poder Executivo dentre os membros indicados pelo inciso I do §1º.





# Prefeitura Municipal de Castro

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

I - O Presidente terá voto de qualidade em caso de empate nas decisões colegiadas;

II - O Vice-Presidente será eleito entre os demais conselheiros, por maioria simples.

§4º - Compete ao Conselho Municipal de Contribuintes:

I – Julgar, em segunda instância, os recursos voluntários interpostos contra decisões proferidas pelo Secretário(a) Municipal da Fazenda;

II – Zelar pela legalidade e equidade na aplicação da legislação tributária municipal;

III – Uniformizar a interpretação da legislação tributária no âmbito administrativo;

IV – Propor à Administração Fazendária medidas voltadas à melhoria da justiça fiscal e da transparência administrativa.

§ 5º - O funcionamento, a estrutura de apoio, os prazos processuais, a forma de convocação, os requisitos para investidura, as hipóteses de impedimento e suspeição, bem como os critérios de julgamento, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo.

§6º - A atuação como Conselheiro será considerada serviço público relevante, fazendo jus cada membro titular a uma Gratificação por Participação no valor de 6 (seis) Unidades Fiscais Municipais – UFM por sessão efetivamente realizada e com presença comprovada.

I - A gratificação de que trata o caput será devida exclusivamente aos conselheiros titulares ou aos suplentes que atuarem em substituição formal, nas sessões do Conselho;





# Prefeitura Municipal de Castro

II - A Secretaria Municipal da Fazenda adotará os procedimentos administrativos necessários ao pagamento da gratificação, observando a legislação vigente e a disponibilidade orçamentária;

III - A participação nas sessões do Conselho não gerará vínculo empregatício com o Município.

IV – O Conselho de Contribuintes, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês, podendo ser convocado, extraordinariamente, quando houver acúmulo de trabalhos devidamente justificado.

§7º A gratificação prevista no paragrafo anterior será custeada com recursos do

Fundo Especial para Modernização da Administração Tributaria e da Administração Fazendária no Município de Castro – FEMATCASTRO, instituído pela Lei Complementar nº 93/2025.

[...]

Art. 458-A – São competentes para julgar na esfera administrativa:

I – Em primeira instância, o Secretário Municipal da Fazenda ou seu delegado;

II – Em segunda instância, o Conselho de Contribuintes.

[...]

Art. 465 – Da decisão de primeira instância contrária ao sujeito passivo, caberá recurso voluntário, ao Conselho de Contribuintes, o qual possuirá efeitos devolutivos e suspensivo.

[...]

Art. 467 – Da decisão de primeira instância favorável, no todo ou parte, ao sujeito passivo, deverá o processo administrativo fiscal ser encaminhado ao Conselho de Contribuintes.





# Prefeitura Municipal de Castro

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

[...]

Art. 469 - Interposto o recurso, voluntário ou de ofício, o processo será encaminhado ao Conselho de Contribuintes, para deliberação, conforme trâmite estipulado em regulamento próprio.

[...]

Art. 470 - A decisão referente a processo julgado pelo Conselho de Contribuintes será publicada no diário oficial eletrônico, sem prejuízo de comunicação ao sujeito passivo, via aviso de recebimento ou domicílio tributário eletrônico.

[...]

Art. 475 – A consulta deverá ser apresentada por escrito, endereçada a Comissão de Assuntos Fazendários, observados, os requisitos do art. 444 desta Lei.

[...]

Art. 480 – A resposta à consulta caberá, a Comissão de Assuntos Fazendários.

I – Revogado;

II – Revogado.

[...]

Art. 2º. A tabela 02, do anexo II, da Lei Complementar 53/2016(Código Tributário Municipal), passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA 2	
ALÍQUOTAS APLICÁVEIS À LISTA DE SERVIÇOS	
Alíquota (%)	Serviços





# Prefeitura Municipal de Castro

2	Item 6 e subitens; item 8 e subitens; item 13 e subitens; item 14 e subitens; item 23 e subitens; item 24 e subitens; item 25 e subitens; item 27 e subitens.
3	Item 1 e subitens; item 4 e subitens; item 5 e subitens; item 7 e subitens; item 9 e subitens; subitem 10.09; item 11 e subitens; item 12 e subitens; item 16 e subitens; item 17 e subitens; item 19 e subitens; item 20 e subitens; item 26 e subitens; item 28 e subitens; item 29 e subitens; item 30 e subitens; item 32 e subitens; item 33 e subitens; item 34 e subitens; item 35 e subitens; item 36 e subitens; item 37 e subitens; item 38 e subitens; item 39 e subitens; item 40 e subitens.
5	Item 2 e subitens; item 3 e subitens; item 10 e subitens (exceto subitem 10.09); item 15 e subitens; item 18 e subitens; item 21 e subitens; item 22 e subitens; item 31 e subitens.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor 90(Noventa) dias após a sua publicação, nos termos da anterioridade nonagesimal, relativamente às alterações previstas no art. 92 da Lei Complementar nº53/2016 e no art. 2º desta lei, passando a produzir efeitos, quanto às demais disposições, na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 17 de novembro de 2025.





# Prefeitura Municipal de Castro

## JUSTIFICATIVA

**“AO PROJETO DE Lei COMPLEMENTAR QUE ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 53/2016, E DÁ OUTROS PROVIDÊNCIAS.”**

Senhores Vereadores,

Vem solicita análise em *regime de urgência*, ao presente Projeto de Lei Complementar que tem por finalidade promover importantes adequações no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 53/2016), com vistas a assegurar maior segurança jurídica, modernização administrativa, equilíbrio fiscal e justiça tributária na relação entre Fisco e contribuintes.

As alterações no **artigo 92** visam adequar a legislação municipal à realidade da tributação sobre serviços de construção civil, esclarecendo a exclusão da base de cálculo dos materiais empregados na obra quando devidamente tributados pelo ICMS, em consonância com a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores e com o disposto no art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 116/2003.

No tocante ao **artigo 104**, o aperfeiçoamento das regras de responsabilidade tributária objetiva alinhar a legislação municipal às hipóteses de retenção do ISS já reconhecidas nacionalmente, garantindo maior efetividade na arrecadação e combatendo práticas de evasão fiscal, sem descuidar do respeito à legislação federal e aos princípios constitucionais da legalidade e da capacidade contributiva.

As alterações referentes à **emissão e cancelamento de notas fiscais** (arts. 136 e 137) disciplinam, com maior precisão, os procedimentos a serem observados pelos contribuintes e pela Administração Tributária. O objetivo é conferir maior clareza, transparência e segurança no processo de emissão, cancelamento e substituição de documentos fiscais, fortalecendo o controle da arrecadação e prevenindo fraudes.

Destaca-se, ainda, a criação do **Conselho Municipal de Contribuintes** (art. 458 e seguintes), órgão colegiado, paritário e de segunda instância administrativa, cuja finalidade é assegurar maior transparência, imparcialidade e equilíbrio nas decisões em processos tributários. Trata-se de importante instrumento de controle e garantia aos contribuintes, inspirado em boas práticas de administração tributária, que fortalece a segurança jurídica e a justiça fiscal no âmbito municipal.







# Prefeitura Municipal de Castro

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Por fim, a atualização da **Tabela de Alíquotas (Tabela 2 do Anexo II)** busca adequar a carga tributária dos serviços cartorários (itens 21 e subitens) à realidade econômica local, garantindo proporcionalidade, equilíbrio arrecadatório e observância à seletividade do ISS, respeitando a essencialidade de determinados serviços e preservando a competitividade das atividades produtivas do Município.

Em síntese, as propostas ora apresentadas não apenas modernizam o Código Tributário Municipal, como também reforçam os princípios constitucionais da legalidade, da segurança jurídica, da capacidade contributiva e da transparência administrativa, equilibrando os interesses fazendários com os direitos dos contribuintes.

Diante do exposto, submete-se o presente Projeto de Lei à elevada apreciação desta Casa Legislativa, contando com a sua aprovação, em benefício do fortalecimento da arrecadação municipal, da justiça fiscal e da segurança nas relações jurídico-tributárias em nosso Município.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 17 de novembro de 2025.

